

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 04/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019**

(Contém 14 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 04/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **ASSUNTOS DA ÚLTIMA REUNIÃO:**

Na sequência dos assuntos colocados na última reunião, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual o ponto de situação relativamente ao muro de pedra na rua do Paul, em Água de Pau; a situação do Caminho do Norte, nos Remédios, na freguesia de Santa Cruz e a informação sobre o vencedor do sorteio de Natal 2018.

A Senhora Presidente respondeu que relativamente ao muro de pedra na rua do Paul, em Água de Pau, ainda não teve a oportunidade de averiguar a situação, mas irá verificar. Em relação à situação do Caminho do Norte, nos Remédios, na freguesia de Santa Cruz, já falou com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz. Mais informou que o vencedor do sorteio de Natal 2018 foi o cidadão Alberto Pacheco, do Concelho da Ribeira Grande.

A Câmara tomou conhecimento.

### **RANKING DAS ESCOLAS 2018:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que recentemente foram publicados os resultados do ranking das escolas a nível do país e uma vez mais constatou que as escolas do Concelho de Lagoa obtiveram resultados muito aquém do desejado.

A Senhora Presidente referiu que este assunto foi notícia em todos os debates televisivos, quer a nível nacional quer a nível regional, e a realidade do Concelho da Lagoa não evoluiu em relação aos últimos dados, com exceção da Escola Básica Integrada de Água de Pau.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que piorou, em relação ao 3.º ciclo do Ensino Básico. A Escola Básica Integrada de Água de Pau passou da posição 985 para a posição 1195, num universo de 1218 escolas, o que não foi uma boa notícia. No Concelho de Lagoa foi implementado o Projeto de ProSucesso, com o objetivo de revitalizar o gosto pelo estudo, mas não se tem conseguido alcançar melhorias nos resultados. Na Escola Secundária de Lagoa relativamente ao 3.º ciclo do Ensino Básico, os resultados também não são nada satisfatórios, pois passou da posição 998 para a posição 1147. A nível do Ensino Secundário os resultados também não são nada animadores, passou-se da posição 418 para a posição 464, num universo de 630 escolas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, em seu entender, são números muito complicados, por isso quando diz que tem que haver uma atenção especial, na área da educação, focada no Concelho de Lagoa e não num contexto Regional, leva-lhe a crer que tem razão. Acrescentou que há escolas que subiram e outras não e pelos resultados que analisou das escolas da Ilha de São Miguel, as escolas do Concelho de Lagoa tiveram resultados muito semelhantes às escolas de Concelhos com maior ruralidade. O Concelho de Lagoa tem



tentado se assumir mais urbano, mais empreendedor, mas tem de melhorar estes resultados, por isso defende que algo tem de ser feito na área da educação, no Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente respondeu que estes resultados não lhes agradam e na área da educação há ainda muito para trabalhar. Expôs que os rankings são feitos com base nas médias dos alunos e os resultados não podem ser lidos da forma “fria” como o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado o fez. Deu como exemplo: Nos cuidados continuados se houver apenas quatro camas e se falecer uma pessoa, a taxa de mortalidade é de 25%. Lida desta forma, aqueles cuidados continuados têm uma taxa de mortalidade elevadíssima. Acrescentou que o ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada irá continuar a trabalhar, no âmbito do Projeto de ProSucesso. Apesar de terem deixado um manual aos professores, a tutela entendeu que aquele trabalho tem de ser monitorizado de forma a conferir que o projeto está a ser cumprido.

A Senhora Presidente disse que dentro dessa frieza dos números, que valem o que valem, há um outro dado que não tem a ver com a ruralidade. O Concelho de Lagoa é um dos Concelhos com mais jovens e o mesmo exemplo que deu sobre os cuidados continuados pode-se aplicar. Se numa turma de 25 alunos, há 10 bons alunos e os outros menos bons, a média será diluída pelos 25 alunos, mas se a turma fosse de 15 alunos, a média seria superior do que a média da turma dos 25 alunos. Disse que o ano passado uma escola do interior do país teve o melhor resultado porque a turma era constituída apenas por 8 alunos. O número de alunos das turmas faz toda a diferença.

A Senhora Presidente acrescentou que regista a preocupação apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, partilha da preocupação e da tónica que tem de ser dada na área da Educação, mas em relação aos rankings que são instrumentos de análise e de alerta, têm de ser lidos de outra forma e não podem ser analisados com “frieza”.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que não concorda com a Senhora Presidente. A Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores refere que na Lagoa existe cada vez menos famílias numerosas, pelo que cada agregado familiar tem melhores condições de habitabilidade e podem dar melhores condições de estudo aos seus filhos, o que contribui para que os alunos possam ter melhores resultados escolares. Se estivessem a falar de famílias numerosas, podia concordar com a Senhora Presidente quando diz que as médias são diluídas pelo número total dos alunos da turma.

A Senhora Presidente informou que apesar do número de famílias numerosas tendem a diminuir, de facto, o Concelho de Lagoa é um dos Concelhos com maior número de famílias numerosas, depois de Rabo de Peixe, no Concelho da Ribeira Grande, e por essa razão tem uma das maiores taxas do RSI - Rendimento Social de Inserção que é atribuído pelo número de pessoas que compõem o agregado familiar e não por agregado familiar. Acrescentou, que o



Concelho de Lagoa é um dos Concelhos em que a pirâmide etária ainda não se inverteu, continuando a ser um dos Concelhos com mais jovens nos Açores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o Concelho de Lagoa fica próximo de Ponta Delgada, que é o maior centro urbano dos Açores, o que poderia ser um polo impulsionador para que a situação de debilidade económica viesse a diminuir, mas o que se vê é que as famílias continuam a necessitar de apoio do Governo e comentou que é o resultado de longas permanências do socialismo no Concelho. As pessoas acomodaram-se e há famílias que já vão na terceira geração a receber RSI - Rendimento Social de Inserção.

A Senhora Presidente respondeu que espera que a tendência seja diminuir este tipo de apoio. A realidade do Concelho de Lagoa não pode ser descolada do que têm na sua economia. O Concelho de Lagoa tem dois Portos de Pescas que estão afetos a um grande número de pessoas. A descolagem que estão a fazer para a área científica, para as inovações tecnológicas e para a formação são as condições para a mudança de paradigma dessas famílias. Até agora, o Concelho de Lagoa esteve colado à sua ruralidade, apesar de próximo da cidade de Ponta Delgada. Os dados estatísticos, de há dois anos, apontam que o Porto de Pescas dos Carneiros tem 36 armadores e 167 postos de trabalho sazonais.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que esses números já não correspondem à realidade, pois naquele Porto de Pescas estão quatro barcos e vão para o mar cerca de vinte pessoas.

A Senhora Presidente informou que os barcos estão no Porto de Pescas de Vila Franca do Campo e em Ponta Delgada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que quase ninguém vive da pesca.

A Senhora Presidente disse que é a opinião do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e com base nessa opinião pressupõe que não seja preciso defender um aumento e uma requalificação do Porto de Pescas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, em sua opinião, o Porto de Pescas da Lagoa e o Porto de Pescas de Água de Pau têm de ser vistos de outra forma. Tem de ser um porto partilhado para embarcações de recreio. Defendeu que se deve dar outra visão de ligação ao mar, que haja atividade de recreio e de ligação ao valor da orla costeira e não à própria atividade da pesca, porque a pesca, em sua opinião, tem os dias contados. São os grandes armadores, em portos melhores localizados e com outros recursos, que dominam essa atividade. Concluiu, dizendo que não vai reclamar contra o Governo Regional pelo facto de ainda não ter investido no Porto de Pescas da Lagoa.

A Senhora Presidente referiu que no Porto de Pescas de Água de Pau os armadores estão todos na casa dos sessenta anos e, efetivamente, não lhe parece que seja necessário requalificar, porque, provavelmente, daqui a dez anos não haverá armadores em Água de Pau. Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário a situação é diferente, pois têm vontade de



continuar e como não há rampa de varagem colocaram os seus barcos no Porto de Pescas de Vila Franca do Campo e em Ponta Delgada e vão buscar mão-de-obra perto desses portos, o que agrava a situação económica de algumas famílias que viviam daquela atividade.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ESCOLA PROFISSIONAL INETESE:**

Sobre a Escola Profissional INETESE, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, em sua opinião, uma das salas daquela Escola Profissional deveria ser um espaço polivalente, com caráter mais laboral, de modo que houvesse uma aproximação ao desempenho profissional. Acrescentou que gostou da notícia sobre a inauguração da Escola, pois estava muito bem-feita, mas esqueceram-se de referir que foi feita uma adaptação da Pousada de Juventude de Lagoa para uma Escola Profissional. Quem lê a notícia e não sabe dos antecedentes, pode pensar que foi inaugurado um edifício novo. Comentou que são as pequenas “maldades políticas” que se faz.

A Senhora Presidente contrapôs afirmando que não houve nenhuma maldade na elaboração desta notícia.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ALOJAMENTO PARA FAMÍLIA EM ÁGUA DE PAU:**

Sobre o assunto abordado na última reunião, na sequência da notícia publicada no jornal Correio dos Açores “Catorze pessoas vivem empilhadas em pré-fabricado, na Vila de Água de Pau”, o Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se houve alguma evolução no processo dessa família.

A Senhora Presidente respondeu que será marcada uma reunião, na próxima semana, com o Diretor Regional da Habitação para se articular este assunto. Acrescentou, como já referiu na reunião passada, que o grande problema daquela família é que ninguém lhes arrenda uma casa e a solução passa pela recuperação da casa da Paróquia para a família poder ir viver para lá, em segurança.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que se os Serviços Sociais estão disponíveis para apoiar no pagamento da renda, então a Câmara Municipal poderia disponibilizar uma habitação para realojar esta família.

A Senhora Presidente respondeu que os Serviços Sociais não irão apoiar o pagamento de uma renda de uma habitação social do Município. As rendas das habitações sociais, quer dos Municípios, quer do Governo Regional, são calculadas com base no rendimento dos agregados familiares. Como já disse, a única solução é trabalhar no projeto de recuperação da



casa da Paróquia sem ampliação, reunir com o Diretor Regional da Habitação e avançar com as obras.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que a casa tem de ter várias divisórias para albergar uma família com catorze pessoas. Em sua opinião, esta família também precisa de apoio e acompanhamento por parte de Assistentes Sociais, senão daqui a uns anos vão continuar a existir os mesmos problemas.

A Senhora Presidente respondeu que nesta família não há crianças, eles chamam outros adultos para irem viver com eles.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Escola Profissional INETESE é uma decisão política pensada no amanhã e no futuro das populações jovens na Lagoa;
- Vitória de Setúbal venceu taça do mundo de Veteranos na Lagoa;
- Complexo Municipal de Piscinas de Lagoa com elevada procura;
- Câmara da Lagoa congratulou Judolag por prestação no Algarve;
- Centro de Karaté de Lagoa destacou-se a nível Nacional;
- Gastronomia esteve em destaque no Inspiral em Água de Pau;
- Grupo Som do Vento na Lagoa celebrou 25 anos;
- Corrida de Água de Pau foi um sucesso.

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**



**PONTO N.º 2 – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NA RUA DAS ARRUDAS, CABOUÇO, PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo, cumpre-me informar V. Exa. que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de aquisição de uma parcela de terreno com a área de 460 m2, pelo valor de 3.220,00 € (três mil duzentos e vinte euros) a desanexar do artigo 40, Seção Q, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1940/19950323-Rosário, pertencente a Maria Alice Branco Pacheco Vieira Magalhães de Sousa, para integração no domínio público municipal, concretamente aquando da abertura de uma via perpendicular à Estrada das Comunidades, no sentido nascente/poente, que dá ligação à rua das Arrudas da freguesia do Cabouco, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a aquisição de uma parcela de terreno na rua das Arrudas, da freguesia do Cabouco, para afetar ao domínio público do Município;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação da parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 3 – CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo (cfr. ofício do requerente), cumpre-me informar V. Exa. que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de cedência a título gratuito, de uma parcela de terreno com a área de 50 m2, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 18, Seção N, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sito à Canada da Igreja e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 01871/290894/Nossa Senhora do Rosário pertencente a





Manuel Medeiros, para integração no domínio público municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a cedência a título gratuito de uma parcela de terreno do domínio privado (particular) para afetar ao domínio público do Município;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação da parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – RELATÓRIO FINAL – CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA”:**

Na sequência do relatório preliminar do Concurso Público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, apresentado na reunião da Câmara Municipal de 23 de novembro de 2018, foi presente o relatório final que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual a previsão da data do início da obra.

A Senhora Presidente respondeu que depois de assinado o contrato, o processo será submetido a visto do Tribunal de Contas, que tem um mês para se pronunciar, pelo que se não houver atrasos, espera que as obras comecem no início do verão.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que leu o relatório final, bem como as reclamações apresentadas e, em seu entender, optaria pela proposta mais barata, pois são 70.000,00 € de diferença. Apesar desta empreitada ser comparticipada por Fundos Comunitários, defende que são dinheiros públicos e devem de ser geridos com todo o rigor. Destacou que a execução desta obra está fisicamente próxima da Câmara Municipal e os Técnicos da Câmara poderiam fazer o acompanhamento da obra, pelo que seria a melhor solução optar pela proposta mais barata. São 8% que separam as duas propostas e o risco não é elevado, porque não se trata de uma grande obra que exija grande rigor e capacidade técnica. Acrescentou que seria este o procedimento que adotaria, até que sejam dadas outras informações que o façam mudar de ideia, no entanto, com base na informação disponibilizada para já, é esta a sua opinião.

A Senhora Presidente informou que a avaliação técnica das propostas foi feita pelos elementos do júri que são trabalhadores da Câmara Municipal, mas a análise das reclamações apresentadas foi feita por um Gabinete externo.



O Senhor Vereador Nelson Santos informou que acompanhou este processo e explicou todo o processo do concurso. Referiu que os elementos do júri, ainda que colaboradores da Câmara Municipal, analisaram as propostas com total isenção e independência. Após a análise das reclamações apresentadas, o júri manteve a mesma ordem de classificação dos concorrentes apresentada no relatório inicial. O Senhor Vereador Nelson Santos apresentou, ainda, todas as justificações e fundamentações da análise das propostas.

A Senhora Presidente informou que a empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, S.A., tem a sua sede no Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, como disse, até que lhe mostrassem que a proposta mais barata não seria a melhor proposta, era de opinião que se mudasse a adjudicação. No entanto, face às explicações prestadas pelo Senhor Vereador Nelson Santos, vai abster-se, pois considerou de alguma pertinência as explicações que foram dadas sobre o assunto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar todas as propostas contidas no relatório final, apresentadas pelo Júri do Concurso Público;

2.º Adjudicar ao concorrente AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, SA, a “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, pelo valor de 835.475,00 € (oitocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

**Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira ausentou-se da reunião.**

#### **PONTO N.º 5 – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE DUODÉCIMOS – CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO:**

Pela Direção do Clube Operário Desportivo foi presente a carta, datado de 12 de fevereiro do ano em curso, com a justificação do pedido de antecipação das oito mensalidades em falta, referente ao contrato – programa de 2019, celebrado entre esta Câmara Municipal e aquele Clube Desportivo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se de acordo com o contrato – programa de 2019, que foi celebrado entre esta Câmara Municipal e o Clube Operário



Desportivo, está previsto o número de antecipação das mensalidades que poderão ser autorizadas.

A Senhora Presidente respondeu que antes estava previsto o número de antecipação das mensalidades que poderiam ser autorizadas, mas de acordo com o contrato – programa de 2019, que foi celebrado entre esta Câmara Municipal e o Clube Operário Desportivo, não há limites, pois desde que fundamentado o pedido, a antecipação das mensalidades poderá ser autorizada.

O Senhor Vice-Presidente referiu que tendo este Órgão Executivo aprovado em reunião da Câmara o contrato – programa de 2019, o qual já foi celebrado com o Clube Operário Desportivo, que prevê a antecipação de mensalidades e considerando as justificações apresentadas pelo Clube Operário Desportivo, o período difícil que atravessa, toda a atividade desportiva desenvolvida ao longo da sua existência e existindo disponibilidade financeira por parte da Câmara Municipal, em sua opinião, não vê qualquer inconveniente para que se autorize a antecipação das mensalidades, na medida em que certamente serão muito úteis, nesta fase, para o Clube Operário Desportivo poder estruturar-se e voltar novamente à linha da frente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que atendendo à resposta dada pela Senhora Presidente face à sua questão e que não há limites à antecipação das mensalidades, vota favoravelmente ao pedido apresentado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos presentes, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Roberto Manuel de Sousa Oliveira:

1.º Autorizar a antecipação das oito mensalidades, referente ao contrato – programa de 2019, ao Clube Operário Desportivo;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao Clube Operário Desportivo.

Os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Roberto Manuel de Sousa Oliveira regressaram à sala a fim de poderem continuar a participar na presente reunião.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 21 de fevereiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.085.230,24 € (um milhão oitenta e cinco mil duzentos e trinta euros e vinte e quatro centimos).



A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

**PONTO N.º 7 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Daniel Joseph Sousa, casado com Dorothée Maria Dardeline Benfeito, residentes em 1053 Rue Du Pourpier, Laval QC H7X 3G3, Quebec, Canadá; Marc de Sousa, solteiro, residente em 588 Rue des Erables, Bois des Filion QC J6Z 3E1 e Melanie Sousa, solteira, residente em 1002 Rue Toupin L Assomption, QC J5W 0B7, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio urbano, sito no Largo do Porto n.º 2, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 452/19860922, e inscrito na matriz predial urbano sob o artigo 325.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

A requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio urbano, sito no Largo do Porto n.º 2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 452/19860922 e na matriz predial sob o artigo 325, da freguesia do Rosário.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.



**PONTO N.º 8 – CADUCIDADE DO PROCESSO N.º 68/16 – AMPLIAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE OBRAS:**

Foi presente à Câmara Municipal o processo de obras n.º 68/2016, de Válder António Prenda Rebelo, com residência na rua do Foral Novo n.º 13, freguesia de Água de Pau, referente ao licenciamento para ampliação e legalização de obras, na rua do Foral Novo n.º 27, freguesia de Água de Pau, acompanhado de informação dos Serviços Administrativos que o processo caducou e após audiência do interessado, o requerente nada apresentou, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do referido processo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor, mas o munícipe deve de ser notificado no sentido de legalizar as obras que constavam neste processo de obras.

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco votos dos membros do PS e um voto do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, declarar a caducidade do processo n.º 68/2016 – licenciamento para ampliação e legalização de obras, na rua do Foral Novo n.º 27, freguesia de Água de Pau, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e arquivar o mesmo.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.


**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:50 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.



E eu , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO